

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

União pelo Brasil

Desde o início dos anos 80, o Brasil enfrenta dificuldades crescentes para fazer a sua economia evoluir de modo regular. O assalto dos agentes inflacionários susitou a contrapartida de políticas restritivas a partir daquele ponto inicial, com o que o País foi atirado a uma longa e cada vez mais intensa recessão. As teorias monetaristas acolhidas nas diretrizes econômico-financeiras acabaram por empurrar o sistema econômico na direção de um impasse, marcado pela persistência da inflação e queda expressiva do Produto Interno Bruto.

Aí está o pano de fundo sobre o qual se projetam hoje as graves carências nacionais, o desemprego de cinco milhões de trabalhadores, a falência dos serviços públicos essenciais, a dramática redução do valor conjunto da massa salarial e o aprofundamento das desigualdades sociais. Nenhuma outra crise na experiência republicana teve semelhantes dimensões, com a agravante de que, agora, o governo recém-instalado resulta de uma solução democrática para uma gestão anterior tornada inviável pela conjuntura política adversa.

Dentro de tal contexto, a conlamação do presidente Itamar Franco em favor da união de todos os estratos da sociedade para retirar a Nação do plano inclinado da instabilidade atende às inspirações ditadas pela natureza e profundidade dos problemas atuais. Com efeito, a desorganização econômica, a esta altura com feição bem dizer crônica, lançou nos espaços sociais os ácidos da convulsão e, assim, exige a galvanização de todas as vontades como meio de superá-la.

É sabido que o poder, enquanto instituição de índole solitária, não dispõe de empuxes próprios para gerar convergências capazes de reverter situações críticas. Nenhuma de suas decisões suscitará resultados apreciáveis quando se vinculam apenas às opções concebidas de

modo unilateral. Aliás, o Brasil guarda uma lista inumerável de fracassos, no âmbito das políticas públicas, justo por cultivar em dimensões exorbitantes diagnósticos e soluções elaborados nos gabinetes fechados da burocracia estatal. Só a mobilização da sociedade será capaz de oferecer suportes logísticos ao rompimento dos grandes dilemas e favorecer o reencontro da estabilidade.

A operação desencadeada pelo presidente Itamar Franco na esfera política já trouxe ao cenário principal das decisões governamentais a instituição legislativa. É notório que a composição do Ministério obedeceu à conveniência de estabelecer uma partilha de responsabilidades com o Congresso Nacional, como convém, aliás, a um sistema de governo onde os atos políticos de maior envergadura pendem de deliberação parlamentar. Mas a conjunção das vertentes originais do poder político não basta para liberar as forças organizativas da sociedade, quando a conjuntura exibe tantos aspectos sombrios.

Em consequência, a exortação do presidente Itamar Franco, malgrado não tenha a forma de um chamamento ao pacto social, talvez até pelo evidente desgaste do termo, dirige-se com maior ênfase às forças ativas da produção, empresários e trabalhadores.

De fato, é no âmbito do sistema produtivo que se pode desenvolver com maior eficácia os instrumentos da coesão, para com eles operar a transformação no rumo da normalidade. Quanto ao Governo, o compromisso, conforme as próprias definições do Presidente, é no sentido de atuar em consonância com as tendências dominantes na sociedade e com o propósito de "restaurar os valores básicos da dignidade pública, da solidariedade nacional, e de promover a defesa sincera dos interesses coletivos".